

Prefácio

O esforço de definição, delimitação e representação da noção de espaço, tem ocupado o pensamento, o discurso e as práticas, científicas e de senso comum, desde que é possível falar em sociedade. A sociedade, enquanto coletividade humana estruturada e organizada, alicerça-se num determinado espaço e evolui ao longo do tempo, construindo uma memória, uma cultura e o meio ambiente.

Face à descontinuidade e diversidade do espaço, e das suas formas de ocupação, resultam múltiplas significações e diversas formas de o perceber e de o representar. De facto, a noção de espaço é multidimensional e complexa, pelo que, os sistemas de classificação tendem a tornar esta realidade mais inteligível. Porém, nesse esforço de descodificação surge uma tendência para representar o espaço numa lógica binária: *e.g.* sacro-profano, centro-periferia, interior-exterior, alto-baixo, privado-público, rural-urbano ou natural-construído.¹

Mas, a multidimensionalidade e a complexidade do espaço extravasam qualquer tipologia dicotómica e o mais provável é que entre cada um dos extremos possam existir infinitas leituras e interpretações sobre o espaço. Por isso mesmo, a análise do espaço exige um esforço coletivo, interdisciplinar e transdisciplinar.

Num contexto em que a sociedade, a economia e a ciência evoluem de forma intensa, muda também a perceção do tempo e do espaço. Seja porque vivemos mais tempo, porque temos acesso à informação em tempo real, e por vezes até somos seus coprodutores, ou porque a nossa mobilidade está facilitada – independentemente dos motivos, que tanto podem ser profissionais, turísticos ou migratórios – deslocando-nos cada vez com mais frequência e para sítios mais longínquos. Estas formas de ação, novas ou renovadas, modificam o conjunto das nossas representações sobre o tempo e o espaço?²

A obra *ESPAÇO. Perspetivas Multidisciplinares sobre a Construção dos Territórios*, procura documentar o carácter multidimensional e complexo da noção de espaço. Os quinze textos que formam o livro não esgotam o assunto, nem foi essa a nossa intenção, mas oferecem leituras possíveis e diversificadas sobre o conceito de partida e põem em diálogo várias áreas de conhecimento, nomeadamente a sociologia,

(1) António Teixeira Fernandes (1992). Espaço social e suas representações. *Sociologia*. 2: 61-99.

(2) Michel Wieviorka (2008). *Nove Lições de Sociologia. Como abordar o mundo em mudança?* Lisboa: Editorial Teorema.

a economia, a história, a geografia, a química, a arquitetura, o *design* e as tecnologias da informação e comunicação.

O texto de entrada, da autoria de Maria Manuel Serrano, aborda *A Construção Social do Espaço Organizacional*. As organizações, tal como as sociedades, estão sujeitas a uma dinâmica que lhes é conferida por processos sociais, mas também a uma vertente relativamente estática, com origem nos processos de institucionalização. À semelhança do que ocorre nas sociedades, as organizações são espaços sociais construídos, percebidos e representados socialmente. Para a construção social do espaço organizacional convergem fatores de natureza material e imaterial, no âmbito de um sistema de interação social, definido pelas características dos seus ambientes interno e externo. Apesar da persistência de princípios de organização burocrática nos nossos dias, as organizações continuam a mudar, a desenvolver-se e a emergir novas configurações organizacionais. A organização em rede, tal como o *informacionalismo* que a define, é a mais recente forma organizacional a chamar a atenção dos sociólogos, mas não será com certeza a última, porque a sociedade e o mundo continuarão a mudar.

José Reis, no texto intitulado *O Regresso ao Princípio do Mundo: Uma Visão Territorialista de Denúncia e Contraposição*, afirma a necessidade de, face à crise atual, se refazer a economia, reconstruir a sociedade e mobilizar energias através da valorização dos «lugares da vida, dos recursos, das capacidades e das relações, isto é, os territórios». A prevalência de uma cultura autoritária e autista em relação ao território, tem-se revelado no desprezo de «elementos substantivos da economia e da sociedade – as pessoas, os laços estabelecidos, as organizações, os próprios territórios». Defende uma orientação territorialista das políticas públicas, que fomente a mobilização de recursos para produzir re-equilíbrios regionais, fixar investimentos em certas localizações e que assumam os territórios como realidades que podem ser estruturadas através de políticas que valorizem as relações ou as capacidades que eles próprios detêm.

O texto conjunto de Margarida Queirós e Mário Vale – *Espaço e Lugar no Planeamento Territorial: Um Reflexo do Debate Teórico em Geografia* – discute a relação entre o conhecimento e a prática da Geografia contemporânea e o planeamento territorial. Os autores mostram como algumas correntes de pensamento desenvolveram os conceitos de espaço e de lugar e influenciaram as metodologias e as práticas dos geógrafos, potenciando simultaneamente, o papel da geografia no planeamento. Demonstram ainda como certas «direções conceituais influenciaram o processo de investigação, as dinâmicas e as práticas da geografia, informando trajetórias do saber-fazer geográfico». Por fim, refletem sobre o papel da geografia contemporânea na construção da centralidade progressiva do pensamento espacial, examinando a relação entre a evolução de conceitos fundamentais das diferentes tradições geográficas e as distintas perspetivas de planeamento regional e urbano, ilustrando-se esta vinculação com exemplos concretos da prática do planeamento em Portugal.

A cooperação entre empresas e o papel da confiança nas redes empresarias é o tema abordado por Paula Urze no texto *Espaço, Redes e o Papel da Confiança*. O aumento da competição, o ritmo acelerado da inovação tecnológica e a procura da

flexibilidade, entre outros fatores, deu protagonismo à organização das empresas em rede. O modelo de relacionamento nas redes, que tanto pode ser de cooperação ou de controlo/dominação, dita vantagens e desvantagens para as empresas subcontratadas (empresas «mão»), com origem no relacionamento que mantém com as empresas «cabeça». A questão de fundo que acompanha a investigação que está na base deste artigo aponta, especificamente, para o objetivo de analisar se, e de que forma, a confiança influencia as relações de negócio, considerando que a confiança é um valor crucial das normas cooperativas sociais que constituem o capital social.

Em *Finanças Públicas, Crescimento Económico e Governos Sub-Nacionais*, José da Silva Costa discute o papel do Estado na economia e a importância de ter Finanças Públicas equilibradas, como fator essencial do crescimento económico sustentado. Segundo o autor, a predominância de organismos de decisão de natureza vertical inviabiliza uma visão de conjunto dos efeitos da consolidação orçamental e gera impactos negativos na coesão territorial. Neste contexto, crê-se que a aposta num processo de descentralização administrativa, acompanhado da implementação de processos de decisão política de base horizontal, potenciaria a redução significativa dos efeitos negativos e aproximaria as populações dos decisores políticos. A descentralização administrativa não deve ser vista como uma ameaça, mas antes como uma oportunidade para quem defende numa base sustentável o equilíbrio das contas públicas.

O texto de Sérgio Caramelo, *Espaço e Fronteira: Euro-Cidadãos, Mapas Mentais e Percepção Simbólica da Fronteira*, mostra como a ideia de «Europa sem fronteiras» foi assimilada de modo positivo, numa determinada *euro-conjuntura* ainda que, no quotidiano, os indivíduos continuem apegados à sua territorialidade. Ou seja, não prescindem das fronteiras, ainda que estas possam ser alteradas no seu traçado, desfuncionalizadas ou recriadas simbolicamente, mas não ignoradas em absoluto. Neste sentido, a fronteira, enquanto limite do espaço apropriado e instrumento territorial à disposição da comunidade delimitada, e/ou dos seus representantes, é ainda uma componente fulcral do Estado-Nação e uma referência iconográfica para os cidadãos. Consequentemente, ainda que sujeita a um processo contínuo de metamorfose, a fronteira nacional continua a ser a principal referência enquanto limite territorial e a manter a sua capacidade para moldar os territórios, desde logo, porque se mantém omnipresente nos mapas mentais dos indivíduos.

Em *Espaço, Diplomacia Económica e Políticas Públicas*, Paulo Neto defende que cada território constrói o seu próprio modelo relacional, o qual resulta, entre outros fatores, da história económica e social, da natureza das práticas e dos processos de tomada de decisão, das opções pela localização de infraestruturas, da dinâmica no apoio e sucesso registado na atracção de empresas, ou da acumulação de dinâmica empresarial e económica que o território tenha podido assegurar. Neste sentido, a especificidade dos modelos relacionais deverá ser revalorizada em torno da definição de opções estratégicas concertadas de forma a assegurar operacionalidade estratégica e possibilitar a construção de iniciativas de diplomacia económica de base territorial. Consequentemente, a mobilização da capacidade relacional internacional, existente nos municípios, nas regiões e nas estruturas da administração, e a

sua associação à rede de embaixadas e estruturas diplomáticas, e demais entidades com relevância neste domínio, poderá ser decisiva para o processo de relançamento das economias locais e nacionais.

A relação entre espaço e inovação é explorada no artigo conjunto de Teresa de Noronha e Eric Vaz, intitulado *Espaço e Inovação. Comportamentos das Empresas Inovadoras nos Territórios: Uma Aplicação ao Caso Português*. A produção de estudos sobre sistemas de inovação, nas últimas décadas, tem sido profícuo e tem cumprido a dupla função de satisfazer as necessidades de formação científica e de apoio técnico dos decisores políticos, na busca de estratégias mais adequadas ao crescimento e desenvolvimento económico. Apesar das diferentes perspetivas teóricas, há um consenso em torno da criação de conhecimento e da inovação como sendo os principais fatores de mudança e crescimento. Contudo, este consenso é quebrado logo que se aprofundam as temáticas complexas sobre estes dois fatores: a inovação ultrapassa a criação de novos produtos ou processos e, devido à sua natureza interativa, o conhecimento supera os atributos das empresas, por ser uma característica espacial endógena. Este trabalho visa contribuir para esta discussão e representa um esforço para desenvolver um modelo capaz de esclarecer a forma como as instituições se relacionam entre si, cooperando e traçando, por um lado, padrões comportamentais e, por outro, redes ou, eventualmente, sistemas de inovação.

O espaço rural é tratado por Francisco Diniz no texto intitulado, *Territórios Rurais. Reflexões sobre o Conceito de Ruralidade: Da Ficção à Realidade*, no qual defende a pertinência e a necessidade de afirmar a ruralidade como um espaço onde qualquer processo de desenvolvimento possa ter lugar. Esta tese assenta em dois pressupostos: a independência económica e o espaço próprio. O primeiro é evidentemente de carácter económico, enquanto o segundo se prende com aspetos políticos e sociais, que conduzem a uma situação de autodeterminação e de autonomia para o espaço onde se pretende implementar um processo de desenvolvimento. Defende-se um processo de desenvolvimento que respeite a identidade, o espaço próprio e a independência económica e uma atuação sobre o espaço natural e humanista (e.g. de baixo para cima, de dentro para fora) cujos resultados efetivos sejam a melhoria das condições de vida das populações rurais.

O Espaço da Arquitectura. Quanto Espaço, que Espaço?, da autoria de João Soares, reflete sobre a noção de espaço no âmbito da arquitetura, o que, segundo o autor, equivale a recuar às origens da disciplina e do seu próprio sentido. O texto demonstra que o conceito é suficientemente abrangente e maleável, pelo que é possível associar-lhe um amplo espetro de significados que nos habituámos a considerar sinónimos (e.g. espaço é igual a lugar, a sítio, a vazio). A reflexão deste texto, «mais do que elucubração terminológica ou deriva abstrata», irá centrar-se na relação concreta entre a noção de espaço com as formas do seu uso, ou seja, compreender como a ideia de vida lhe é intrínseca, como se encontra implicada nessa mesma noção e o que significa «construir» espaço. No fundo o texto discorre sobre uma noção muito precisa, quando considerada a partir da arquitetura como área de conhecimento, noção essa intimamente ligada a qualidades mensuráveis que radicam na geometria e matemática, mas também em qualidades igualmente perceptíveis

(certamente com instrumentos de medida próprios), e que são do âmbito do inefável e do vital.

O texto de João Brigola, *O Espaço Museológico. Condicionantes do Lugar no Primeiro Museu Português (1768)* defende que, na origem do museu e da coleção, existe sempre um projeto, ou seja, uma vontade de escolher e de reunir uma determinada tipologia de objetos e não outra. Por via desse projeto, o colecionador (ou o fundador institucional), expressa intencionalmente a sua visão do mundo e, no caso das coleções de história natural, o sentido da investigação que perfilha. Neste processo assume particular importância a identificação das variáveis do lugar, isto é, as características físicas e ambientais do espaço onde se acumulam, conservam, estudam e exibem os espécimes. A história dos museus e das coleções mostra como qualquer definição de museu deve considerar três elementos: o lugar, a coleção e os destinatários-fruidores. As suas características e interações determinam as numerosas tipologias dos museus, para cuja especificidade não concorrem portanto apenas os objetos da recolha, enquanto tal, mas igualmente a localização onde são colocados, bem como os fins que prosseguem. Este texto – atento às interferências do espaço e da territorialidade em diversificadas áreas do saber – procura identificar e caracterizar as condicionantes do lugar presentes no destino histórico do *Real Jardim Botânico e Gabinete de História Natural da Ajuda*.

No texto *O Espaço e a Química*, Teresa Ferreira procurou, valendo-se de duas áreas atuais e importantes para o homem contemporâneo, ilustrar a importância que as considerações espaciais têm em química. Na realidade, é no espaço tridimensional que as moléculas estão orientadas e, no caso dos enantiómeros, não se sobrepõem, embora sejam constituídos pelos mesmos elementos químicos, na mesma proporção e com a mesma sequência de ligação, o que pode ter consequências profundamente perturbantes nos seus efeitos. Por outro lado, na área dos nanomateriais, o químico converte-se num criador-desenhador de espaços, preparando famílias extraordinárias de materiais com cavidades ou unidades de construção de materiais ocos de maiores dimensões, a escalas notáveis, com potencialidades para além da imaginação. De facto, o *espaço* é um tema fundamental em química!

Maria de Fátima Nunes faz a abordagem dos espaços científicos no território urbano – em *Espaços de Ciência, uma (possível) Construção de Identidades: Educação e Património, Criatividade e Inovação* – com o olhar de cidadania (ou de passeante viajante) pelo património identificador de um espaço vivido por várias memórias, por diferentes gerações, numa clara ligação ao público entendimento da cultura científica, numa perspetiva vivencial e, por vezes, afetiva. Defende a autora que existem cruzamentos entre espaços de saber, usos de património e utilizações educativas que se impõem na paisagem e nas vivências quotidianas. Mas, há igualmente que referir a construção científica de uma memória de identidade que pode – deverá e poderá – ser de uma utilidade extrema no palco das negociações universitárias face aos desafios que o tempo da Europa da crise do século XXI impõe.

Em *Espaço e Design. Legibilidade é a Habitabilidade, um Apanhado Histórico-Conceptual da Verdadeira Revolução Industrial da Comunicação Impressa*, Tiago Navarro-Marques,

confronta a temática desta obra com a área da comunicação, na perspectiva de que tudo o que rodeia a cidade contemporânea possui uma dimensão de comunicação e recebe o tratamento estético do real e do virtual. Hoje a cidade é um espaço preenchido e ativo cuja observação detalhada revela um território de produção de mensagens contra um território de circulação de signos ou, paralelamente, uma estrutura de significados contra uma estrutura de significantes. Os meios de comunicação analógicos são os principais responsáveis por este preenchimento, por esta massificação e influência no peão que habita a cidade. Numa visão tipográfica, a fórmula deste processo traduz-se na relação entre o *kerning*, como elemento primordial de segurança na legibilidade de uma palavra, e a projeção de um bairro na cidade. Outro exemplo paralelo, o *tracking* está para o bloco de texto como a urbanização está para a cidade e o cânone de Van de Graaf equivale-se à planificação do todo na cidade.

Finalmente, o texto *Espaço e Ciberespaço. Perspetivas Emergentes em TIC: Áreas de Intervenção da Agenda Portugal Digital na Construção de Massive Open Online Courses*, da autoria de Maria Potes Barbas reflete uma visão multidisciplinar que faz convergir uma diversidade de olhares sobre conteúdos emergentes (*e.g.* redes sociais, *eLearning*, realidade aumentada e fab-labs), disponíveis em dispositivos abertos à comunidade (MOOC). Os conceitos e os contextos explorados enquadram-se nas medidas que têm vindo a ser projetadas a nível nacional e internacional, nomeadamente, a Agenda Portugal Digital e o Relatório *Portuguese Higher Education: a view from the outsider*, apresentado ao Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas pelo grupo de trabalho da European University Association.

Maria Manuel Serrano

Paulo Neto